

Alerta Legislação nº 50, de 11 a 16 dez. 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo do Estado de São Paulo

■ **LEI Nº 16.624, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Institui normas protetivas do consumidor, associadas ao direito à informação e altera a [Lei nº 15.659, de 9 de janeiro de 2015](#), que regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito

■ **DECRETO Nº 63.061, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Dispõe sobre o procedimento preparatório para contratação de pesquisas de satisfação dos usuários de bens e serviços públicos estaduais e dá providências correlatas

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
11/12/2017	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 810, DE 8 DE DEZEMBRO 2017</u> Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991(*) , e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991(**) , e dá outras providências. <i>(*) Dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de informática e automação, e dá outras providências</i> <i>(**) Dá nova redação ao § 1º do art. 3º aos arts. 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao caput do art. 37 do Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976 e ao art. 10 da Lei nº 2.145, de 29 de dezembro de 1953, e dá outras providências. (isenções fiscais)</i>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Cultura (MinC)	AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA (ANCINE) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 139, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera artigos da Instrução Normativa nº 60, de 17 de abril de 2007, e dá outras providências. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 138, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u>

	Altera dispositivos da Instrução Normativa nº. 65, de 18 de outubro de 2007. INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS (IBRAM) <u>PORTARIA Nº 422, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Museal - PNEM e dá outras providências.
Ministério da Defesa (MD)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 49/MD, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Aprova a Diretriz de Defesa para a Área Internacional (DIRDAI).
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 19, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE) → Câmara de Educação Superior (CES) <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) → Conselho Deliberativo (CD) <u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece os procedimentos para a transferência de recursos para fomento à implantação de escolas de ensino médio em tempo integral nas redes públicas dos estados e do Distrito Federal. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (SETEC) <u>PORTARIA Nº 60, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros do ano de 2017, a título de fomento, de forma a garantir a execução das ações da Bolsa Formação pelos parceiros ofertantes de cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, a fim de atender ao Plano Emergencial de Ações Sociais para Enfrentamento da Violência no Rio de Janeiro. <u>PORTARIA Nº 59, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o empenho e a transferência de recursos orçamentários e financeiros do ano de 2017, à título de fomento, de forma a garantir a execução das ações da Bolsa-Formação pelos parceiros ofertantes de cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, no Sistema Prisional Brasileiro, no âmbito da Bolsa-Formação Trabalhador do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Ministério da Fazenda (MF)	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ) → Secretaria Executiva <u>ATO COTEPE/ICMS Nº 79, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Divulga relação das empresas nacionais que produzem, comercializam e importam materiais aeronáuticos, beneficiárias de redução de base de cálculo do ICMS. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.767, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009 e a Instrução Normativa RFB nº 1.701, de 14 de março de 2017, para estabelecer a forma de cumprimento das obrigações previdenciárias acessórias durante a implementação progressiva do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) e adequar o cronograma da entrada em produção da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf) ao do eSocial. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.766, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a prestação das informações para fins de consolidação dos débitos no Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela <u>Medida Provisória nº 766, de 4 de janeiro de 2017</u>, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).
Ministério da Justiça e Segurança Pública	CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA (CNPCP) <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a flexibilização das Diretrizes Básicas para Arquitetura Penal do Anexo 1 da Resolução nº 9 de 18 de novembro de 2011 que trata das Diretrizes da Arquitetura Penal.
Ministério da Previdência Social (MPS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 3.319, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Institui, para o ano de 2017, o repasse financeiro, referente ao Piso Variável de Vigilância Sanitária - PVVISA, destinado aos Estados e Municípios para fortalecimento das ações de vigilância sanitária relacionadas ao controle do risco sanitário nos estabelecimentos de Sangue, Tecidos e Células (STC).
Ministério da Saúde (MS)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 3.362, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS). <u>PORTARIA Nº 2.426, DE 21 DE SETEMBRO DE 2017 (*)</u> Autoriza o repasse do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos Estaduais e Municipais de Saúde para a premiação às experiências e

aos trabalhos científicos vencedores da 15ª EXPOEPI a serem alocados no Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS).

Republicada por ter saído no DOU nº 184, de 25-9-2017, Seção 1, página 70, com incorreções no original.

PORTARIA Nº 3.364, DE 8 DE DEZEMBRO 2017

Dispõe sobre o Processo de Fortalecimento Institucional Progressivo e sobre o incentivo financeiro de investimento do Eixo Estrutura do Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica - QUALIFAR-SUS, para o ano de 2017.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) → Diretoria Colegiada (DC)

RESOLUÇÃO - RDC Nº 195, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre embalagens e advertências sanitárias para produtos fumígenos derivados do tabaco.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 194, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre registro e alterações pós-registro de Produtos Alergênicos Industrializados, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 193, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece os Limites Máximos Tolerados (LMT) dos contaminantes arsênio inorgânico, cádmio total, chumbo total e estanho inorgânico em alimentos infantis, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 192, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

RESOLUÇÃO - RDC Nº 191, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o controle da substância lenalidomida e de medicamento que a contenha, e dá outras providências.

→ Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.279, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a fabricação, a distribuição e a comercialização, de todos os lotes do produto GLUTAMINE POWDER, marca X-PAND, manipulado, envasado e rotulado pela empresa PEIXOTOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-ME, CNPJ 00.856.058/0001-31, localizada à Rua Washington Luis, 57, Barauna, Feira de Santana-BA, CEP 44.020-022.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.278, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, dos lotes 170039 e 170058, fabricados em maio e julho de 2017, data de validade maio e julho 2019, respectivamente, do produto FUNCHICALM, fabricado pela empresa Nutriex Indústria de Nutracêuticos Ltda, CNPJ 22.966.065/0001-29, localizada à Rua 260, Qd 13, Lote 28-E, Setor Coimbra, Goiânia-GO.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.277, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo

o território nacional, de todos os lotes do produto CONTROL PRO - Premium, cujo fabricante é desconhecido.
(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.276, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto MARROQUINA SISTEMA BIO RESTORE, sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, cujo rótulo apresenta indevidamente como fabricante a empresa V. V. Indústria e Comércio de Cosméticos Ltda, e o CNPJ 07.596.077/0001-05, constando ainda os seguintes dizeres: Distribuído por CORPORE COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, CNPJ 11.493.397/0001-17, Av. Jamil Scaff, 1315 ID. Belo Horizonte, CEP 86037-000 – Londrina - PR.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.275, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a comercialização e a distribuição dos lotes dos produtos listados abaixo, fabricados pela empresa JJ MATTOS IND E COM DE CAFÉ LTDA, CNPJ 00.214.257/0001-46, localizada à Rua Augusto Bayer, 600, Praça Tijucas/SC, CEP 88200-000.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.274, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todos os lotes do produto NATURAL-D - Tratamento Avançado, cujo fabricante é desconhecido. (...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.273, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a comercialização e a distribuição do lote 02917 do produto CHÁ DE CAMOMILA, marca CHILENO, data de validade 01/2019, fabricado pela empresa LABORATÓRIO INDUSTRIAL VIDA E SAÚDE LTDA, CNPJ 83.017.061/0001-99, localizada à Rua Jacinto Patussi, 58, Quedas Do Palmital, Chapecó/SC, CEP 89815-220

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.272, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição e comercialização, em todo o território nacional, de todos os lotes do produto CHÁ DE ALCACHOFRA, marca Chileno Chás e Ervas, fabricado por Laboratório Industrial Vida e Saúde (CNPJ 83.017.061/0001-99) situado à Rua A, n. 58D, Distrito Industrial, Quedas do Palmital, Chapecó/SC, por conter na sua composição a espécie vegetal Alcachofra (*Cynara scolymus* L.), a qual não é autorizada pela legislação de alimentos para o preparo de chás.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.271, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a comercialização e a distribuição do lote 1.1 do produto LINGUIÇA DE CARNE DE

FRANGO, marca C. VALE, com data de validade 03/05/2018, fabricado pela empresa C. VALE COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, CNPJ 77.863.223/0043-66, localizada à Av. Ariosvaldo Bitencourt, 2000 - Linha Santa Fé - Palotina/PR , Registro SIF/DIPOA n. 0207/3300.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.268, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 1A2160 do produto ÁGUA SANITÁRIA FLORA, fabricado pela empresa SOLAR BRAUNA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA (CNPJ 00.004.298/0001-08).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.267, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 1607650 do produto ÁLCOOL GEL XÔ H1 fabricado por Nutracom Indústria e Comércio Ltda. (CNPJ 25.859.018/0001-74).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.266, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 16043615 do produto ÁLCOOL GEL – CICLO GEL 70, fabricado pela empresa CICLO FARMA (CNPJ 05.854.999/0001).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.265, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto GEL HIGIENIZANTE PARA AS MAOS - FIXED, fabricado pela empresa MZ3 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA -EPP, CNPJ: 08.170.462/0001-69.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.264, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de TODOS OS PRODUTOS fabricados pela empresa - RODRIGO BORGES DIAS - ME, (CNPJ 11 . 0 1 5 . 8 4 6 / 0 0 0 1 - 11) .

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.263, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto GLOSS PROGRESSIVA – ESCOVA INDIANA - FASE 2 - 1000 mL - USO PROFISSIONAL, sem registro na Anvisa, fabricado por empresa desconhecida, sem endereço e CNPJ, em cujo rótulo consta como Químico Responsável Arthur A. Mello, inscrição no CRQ 3ª Região - nº 0435417.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.262, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso de todos os lotes do produto DESENGRAXANTE IMBRASQUIM fabricados antes de 23/08/2017, pela empresa IMBRASQUIM QUÍMICA DO BRASIL LTDA - ME (CNPJ 03.810.344/0001-54)

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.261, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Tornar insubsistente a Resolução-RE nº 3.199, de 29/11/2016, publicada no D.O.U. nº 229 de 30 de novembro de 2016, Seção 1, pág. 63 que determinou, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 4/2 do produto CREME DE ALISAMENTO AMACIHAIR LISO, fabricado pela empresa Phitoteraphia Biofitogenia Laboratorial Biota Ltda. (CNPJ 00.104.603/0001-33).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.260, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a distribuição, divulgação, comercialização e uso dos lotes: 040116, 080116, 080216, 060316, 090316, 010416, 030416, 040416, 050416, 070416, 020516, 050516, 080516, 020616, 030716, 080816, 081216, 110217, 020317 e 050317 do produto saneante ÁLCOOL GEL 70 HIGIENIZANTE ANTISSEPTICO fabricado por ADITTI COSMÉTICOS LTDA - ME (CNPJ: 24.178.985/0001-09).

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.259, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto HYDRALISS, fabricado por empresa desconhecida, e constando, indevidamente, como fabricante do produto, a empresa Lyre Profissional Comércio e Fabricação de Cosméticos EIRELI, CNPJ 22.422.233/0001-15.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.258, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto DESINFETANTE ESTRELA, fabricados pela empresa Estrela Produtos de Limpeza LTDA-ME, CNPJ 03.990.391/0001-27.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.254, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017

(...)

Art. 1º. Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso dos lotes R1604146, R1605154 e R1605097 do produto RIOHEX GARD 0,12%, fabricado por Indústria Farmacêutica Rioquímica LTDA

	(CNPJ 55.643.555/0001-43). (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.253, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso dos produtos ECOSOLV e CLINOX, sem registro na Anvisa, fabricados pela empresa Bondmann Química LTDA, CNPJ 94.984.796/0001-08, ambos comercializados com alegações, nos rótulos, de propriedades desengraxantes. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.252, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, comercialização e uso de todos os lotes do produto cosméticos CREME ALISANTE PROFISSIONAL LISA HAIR, registro n.º 2.2100.047, fabricado por Phitoteraphia Biofitogenia Laboratorial Biota Ltda. (CNPJ 00.104.603/0001-33). (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.251, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a proibição da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os lotes do produto ÁGUA SANITÁRIA CAMPAR, fabricados a partir de 08/05/2017 pela empresa CAMPAR LTDA, CNPJ 05.205.727/0001-29, localizada na AVENIDA CORONEL JUVENTINO DIAS, 717 - CENTRO /PEDRO LEOPOLDO/MG. (...) SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 1.811, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017</u> Inclui medicamento no Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS. <u>PORTARIA Nº 1.771, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017</u> Inclui na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 686, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Aprova o Manual para Apresentação de Propostas do Programa Planejamento Urbano, Ação 10T2 - Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação e Urbanização Acessível em Áreas Urbanas. CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) <u>RESOLUÇÃO Nº 720, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Institui o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo Eletrônico (CRLVe). <u>RESOLUÇÃO Nº 718, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Regulamenta as especificações, a produção e a expedição da Carteira Nacional de Habilitação e dá outras providências.

	SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 677, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece novo cronograma de atividades para execução de operação de saneamento selecionada na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.
Ministério das Relações Exteriores (MRE)	SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES (SG) ↳ Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior (SGEB) ↳↳ Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos (DIJ) ↳↳↳ Divisão de Atos Internacionais (DAI) <u>MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA ARMÊNIA SOBRE COOPERAÇÃO EM COMÉRCIO E INVESTIMENTOS</u> <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA "EFICIÊNCIA ENERGÉTICA PARA DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL"</u> <u>AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO INTEGRADA DE RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA"</u> <u>ACORDO, POR TROCA DE NOTAS, ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA NICARÁGUA SOBRE A EXONERAÇÃO DE VISTOS DE TURISMO E NEGÓCIOS</u>
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 795, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece critérios e procedimentos para atualização do valor do patamar da função de custo do déficit de energia elétrica, de que trata a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE nº 7, de 14 de dezembro de 2016.
Ministério dos Direitos Humanos	COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS <u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017</u> Estabelece o procedimento para emissão de atestados para fins de retificação de assentos de óbito das pessoas reconhecidas como mortas ou desaparecidas políticas, nos termos da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, e da Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011.

Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 469, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre as ações e áreas prioritárias para a conservação de espécies de primatas brasileiros criticamente ameaçados e em perigo de extinção.
Ministério do Trabalho	SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 135, DE 31 DE AGOSTO DE 2017 (*)</u> Dispõe sobre procedimentos para a divulgação e fiscalização do cumprimento da legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT. <i>(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 169, de 1º-9- 2017, Seção 1, pág. 170, com incorreção e omissão no original.</i>
Ministério do Turismo (MTur)	INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO (EMBRATUR) <u>PORTARIA Nº 112, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Regulamenta parcerias para o uso das ferramentas digitais da Embratur com o fim de estabelecer canais de promoção de produtos e destinos turísticos brasileiros.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.169, DE 30 DE OUTUBRO DE 2017</u> Disciplina responsabilidades dos médicos e laboratórios em relação aos procedimentos diagnósticos de Patologia e estabelece normas técnicas para a conservação e transporte de material biológico em relação a esses procedimentos. Disciplina, também, as condutas médicas tomadas a partir de laudos citopatológicos positivos, bem como a auditoria médica desses exames.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
16/12/2017	<u>LEI Nº 16.624, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Institui normas protetivas do consumidor, associadas ao direito à informação e altera a <u>Lei nº 15.659, de 9 de janeiro de 2015</u> , que regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção ao crédito <u>DECRETO Nº 63.061, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o procedimento preparatório para contratação de pesquisas de satisfação dos usuários de bens e serviços públicos estaduais e dá providências correlatas

13/12/2017	<u>DECRETO Nº 63.058, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Regulamenta o Sistema de Atendimento de Emergências no Estado de São Paulo e dispõe sobre o serviço de atendimento de incêndios, desastres e outras emergências, nos termos da Lei Complementar nº 1.257, de 6 de janeiro de 2015
12/12/2017	<u>DECRETO Nº 63.039, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Reorganiza o Programa Patrulha Agrícola, instituído pelo Decreto nº 37.618, de 6 de outubro de 1993, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 63.038, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Substitui o Anexo I do Decreto nº 54.553, de 15 de julho de 2009, que institui o Programa de Integração Estado/Município para o desenvolvimento de ações educacionais nas escolas das redes públicas municipais <u>DECRETO Nº 63.037, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Acrescenta dispositivo que especifica ao Decreto nº 54.682, de 13 de agosto de 2009, que regulamenta a Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação (SDECTI)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SDECTI 51, DE 15-12-2017</u> Institui Comissão que tem por propósito o estudo da desvinculação entre o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza e a Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Unesp CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Conselho Deliberativo (CD) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS 39, DE 14-12-2017</u> Aprova o Regime Disciplinar do Corpo Docente das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Ceeteps
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 69, DE 14-12-2017</u> Institui o Comitê Gestor Estadual para a Alfabetização e o Letramento, do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC, no âmbito da Secretaria da Educação <u>RESOLUÇÃO SE 68, DE 12-12-2017</u> Dispõe sobre o atendimento educacional aos alunos, público-alvo da Educação Especial, na rede estadual de ensino <u>RESOLUÇÃO SE 67, DE 12-12-2017</u> Cria Grupo de Trabalho para estruturar, no âmbito da Secretaria da

	Educação, uma plataforma de controle da política pública educacional de transporte escolar <u>RESOLUÇÃO SE 66, DE 11-12-2017</u> Altera a Resolução SE 75, de 30-11-2011, que dispõe sobre a ocupação dos cargos de comando das Diretorias de Ensino e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SE 65, DE 11-12-2017</u> Altera a Resolução SE 72, de 22-12-2016, que dispõe sobre o processo anual de atribuição de classes e aulas ao pessoal docente do Quadro do Magistério <u>RESOLUÇÃO SE 64, DE 11-12-2017</u> Altera a Resolução SE 70, de 21-10-2011, que dispõe sobre a instalação de Salas e Ambientes de Leitura nas escolas da rede pública estadual <u>RESOLUÇÃO SE 63, DE 11-12-2017</u> Dispõe sobre o desenvolvimento e a oferta de cursos e orientações técnicas para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar - QAE e do Quadro da Secretaria da Educação - QSE, na conformidade das competências e atribuições estabelecidas para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza" - EFAP, pelo Decreto 57.141, de 18-7-2011 <u>RESOLUÇÃO SE 62, DE 11-12-2017</u> Dispõe sobre o desenvolvimento e a oferta de cursos e orientações técnicas para os integrantes do Quadro do Magistério - QM, na conformidade das competências e atribuições estabelecidas para a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza" - EFAP, pelo Decreto 57.141, de 18-7-2011 COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (CGRH) <u>PORTARIA CONJUNTA CGRH-CGEB S/Nº, DE 14-12-2017</u> Estabelece cronograma e diretrizes para o processo de atribuição de classes e aulas do letivo de 2018, nos termos da Resolução SE 72, de 22-12-2016, alterada pela Resolução SE 65, de 11-12-2017
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 102, DE 22-11-2017</u> Divulga os índices percentuais de participação dos municípios paulistas no produto da arrecadação do ICMS, para aplicação no exercício de 2018 <u>RESOLUÇÃO SF 114, DE 12-12-2017</u> Altera a Resolução SF 61/08, de 05-11-2008, que dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SF 113, DE 12-12-2017</u> Altera a Resolução SF 14/08, de 31-03-2008, que estabelece os procedimentos necessários à utilização dos créditos concedidos no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania do Estado de São Paulo

	COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>COMUNICADO CAF-G - 21, DE 14-12-2017</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de novembro de 2017 COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) SUPLEMENTO - FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08. SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV) <u>PORTARIA SPPREV 467, DE 12-12-2017</u> Disciplina o cadastramento de todos os inativos e pensionistas civis e militares no âmbito da São Paulo Previdência, a partir do ano de 2018
Governo (SG)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>EXTRATO DE PROTOCOLO DE INTENÇÕES</u> Documento: Protocolo de Intenções - Signatários: o Estado de São Paulo, por intermédio das Secretarias de Governo e da Fazenda, e a empresa CG/LA Infrastructure, Inc. - Objeto: exteriorizar o propósito dos signatários em realizar trabalhos de cooperação mútua visando analisar a possibilidade de adoção da tecnologia <i>blockchain</i> como ferramenta de implantação e acompanhamento de projetos de parceria na área de iluminação pública no Estado; estudar a possibilidade de utilização de criptomoedas para financiar projetos de infraestrutura; promover a contínua troca de expertise técnica entre os partícipes - Recursos: não haverá transferência de recursos financeiros ou materiais entre os signatários, cabendo a cada qual as despesas necessárias à realização de suas respectivas atribuições - Vigência: a vigência será de 90 dias, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, mediante termo aditivo - Data de assinatura: 14-12-2017.
Meio Ambiente (SMA)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA - 160, DE 14-12-2017</u> Revoga a Resolução que especifica (...) Artigo 1º - Fica revogada a Resolução SMA 104, de 23-12-2015, que define parâmetros no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, para aplicação do tratamento simplificado e diferenciado a ser dado às microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas. (...) <u>RESOLUÇÃO SMA - 158, DE 12-12-2017</u> Constitui Grupo de Trabalho para tratar a questão da febre amarela silvestre, no âmbito do Sistema Ambiental Paulista, e dá outras

	providências
Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)	CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CRH) <u>DELIBERAÇÃO CRH-210, DE 11-12-2017</u> Dispõe sobre os percentuais para distribuição dos recursos financeiros do Fehidro referentes ao ano de 2018 entre os colegiados do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS 99, DE 13-12-2017</u> Prorroga o afastamento de servidores que especifica e dá outras providências
Universidade de São Paulo (USP)	REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Graduação (PRG) <u>RESOLUÇÃO COG 7454, DE 12-12-2017</u> Fixa os cursos e carreiras do processo de "Reescolha" do Concurso Vestibular de 2018 da Universidade de São Paulo <u>RESOLUÇÃO COG 7453, DE 11-12-2017</u> Fixa o Calendário Escolar dos Cursos de Graduação da USP para o ano de 2018
Defensoria Pública do Estado (DPE)	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (CSDP) <u>ATO DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO, DE 14-12-2017</u> Dispõe sobre o expediente nas Unidades da Defensoria Pública do Estado no exercício de 2018 e dá outras providências
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
16/12/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1154, DE 2017</u> Altera a Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011 , que "institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que trata o artigo 40 da Constituição Federal, autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar, na forma de fundação, e dá outras providências". DOE, Legislativo, 16/12/2017, p. 12 <u>PROJETO DE LEI Nº 1153, DE 2017</u> Classifica como de interesse turístico o Município de Gavião Peixoto. DOE, Legislativo, 16/12/2017, p. 12

PROJETO DE LEI Nº 1151, DE 2017

Autoriza o Poder Executivo a instalar um restaurante "Bom Prato" em Jaú.

[DOE, Legislativo, 16/12/2017, p. 12](#)

PROJETO DE LEI Nº 1149, DE 2017

Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Quiropraxista no Estado de São Paulo e dá disposições correlatas.

[DOE, Legislativo, 16/12/2017, p. 11](#)

PROJETO DE LEI Nº 1148, DE 2017

Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Apiaí, Barbosa, Bofete, Boituva, Cachoeira Paulista, Estiva Gerbi, Fernandópolis, Iporanga, Itápolis, Jacupiranga, Jales, Paraibuna, Pardinho, Patrocínio Paulista, Paulo de Faria, Piracaia, Ribeirão Grande, Sertãozinho, Sud Menucci, e Torrinha.

[DOE, Legislativo, 16/12/2017, p. 11](#)

TRIBUNAL DE CONTAS (TCE)

COMUNICADOS

COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL

COMUNICADO SDG nº 030/2017

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO ALERTA as Câmaras Municipais que eventuais leis autorizadoras de concessão do décimo terceiro salário à vereança, baseados em decisão do E. Supremo Tribunal Federal deverão observar o princípio da anterioridade previsto no artigo 29, inciso VI, da Constituição Federal.

SDG, em 06 de dezembro de 2017.

SÉRGIO CIQUERA ROSSI

SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL

[DOE, Legislativo, 16/12/2017, p. 32](#)

15/12/2017

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 1144, DE 2017**

Autoriza o Governo do Estado a implantar Centros de Convivência para as pessoas com deficiência intelectual ou múltipla com idade igual ou superior a 30 (trinta) anos.

[DOE, Legislativo, 15/12/2017, p. 11](#)

PROJETO DE LEI Nº 1142, DE 2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de Brigada Profissional (Bombeiro Civil) nos estabelecimentos, edificações, empresas de todo o gênero e em eventos de grande concentração pública no âmbito do Estado de São Paulo.

[DOE, Legislativo, 15/12/2017, p. 11](#)

PROJETO DE LEI Nº 1141, DE 2017

Institui o Dia Estadual de Preservação, Proteção e Valorização do Patrimônio Histórico e Cultural, Material e Imaterial.

[DOE, Legislativo, 15/12/2017, p. 11](#)

PROJETO DE LEI Nº 1140, DE 2017

Classifica como de Interesse Turístico o Município de Ribeira

[DOE, Legislativo, 15/12/2017, p. 11](#)

PROJETO DE LEI Nº 1139, DE 2017

	Prorroga, para o exercício financeiro de 2018, os efeitos da Lei nº 16.090, de 08 de janeiro de 2016(*), que fixa o subsídio dos Deputados Estaduais. (*) Artigo 1º - A remuneração do Deputado à Assembleia Legislativa é fixada, para o exercício financeiro de 2016, em R\$ 25.322,25 (vinte e cinco mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos). DOE, Legislativo, 15/12/2017, p. 11 PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 21, DE 2017</u> Dispõe sobre a criação do Fórum Suprapartidário em Defesa do Meio Ambiente e da Sustentabilidade DOE, Legislativo, 15/12/2017, p. 12 PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 14, DE 2017</u> "A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA: Artigo 1º - São consideradas regulares e ficam aprovadas as contas anuais apresentadas pelo Senhor Chefe do Poder Executivo relativas ao exercício econômico-financeiro de 2016, consolidadas no Balanço Geral e nos documentos acessórios elaborados em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 4.320, de 1964, acompanhadas dos relatórios da Contadoria Geral do Estado, compreendendo as atividades das Administrações Direta e Indireta Estadual, ressalvados os atos pendentes de julgamento por esta Assembleia Legislativa. Artigo 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação." Sala das Sessões, em 14/12/2017. a) Apresentado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, em seu parecer nº 2171, de 2017, sobre o processo RGL nº 2616, de 2017. DOE, Legislativo, 15/12/2017, p. 12
13/12/2017	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 214, DE 2017</u> MENSAGEM A-nº 148/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Professor Dorival Thomaz da Costa" ao Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Barretos. (...) DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 10 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 192, DE 2017</u> MENSAGEM A-nº 147/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Vereador Almir Pedro dos Santos" à Escola Estadual Jardim Paineiras, em Limeira. (...) DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 10 <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 865, DE 2016</u> MENSAGEM A-nº 146/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Prefeita Elza Orsini de Carvalho" à Escola Estadual Bairro Nosso Teto II, em Registro.

(...)

[DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 10](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 781, DE 2016

MENSAGEM A-nº 145/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Professora Julieta Fernanda Sousa Taranto", à Escola Estadual Jardim Progresso, em Ribeirão Preto.

(...)

[DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 10](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 712, DE 2016

MENSAGEM A-nº 144/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Professor Roberto Antonialli" à Escola Estadual Jardim Santa Cruz, em Mogi Guaçu.

(...)

[DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 10](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 124, DE 2016

MENSAGEM A-nº 143/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Prof. Dr. Segundo Carlos Lopes" à Escola Estadual Jardim Icaraí, em Ibaté.

(...)

[DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 10](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1592, DE 2015

MENSAGEM A-nº 142/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de Comendador Koheiji Adachi" à Escola Estadual Jardim Santos Dumont I, em Mogi das Cruzes.

(...)

[DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 10](#)

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 45, DE 2012

MENSAGEM A-nº 141/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

(...)

A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Professor Manoel Patrício do Nascimento", à Escola Estadual Parque Residencial 24 de maio, em Botucatu.

(...)

[DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 10](#)

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 33, DE 2017

MENSAGEM A-nº 149/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO

(...)

Altera a [Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009](#), que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da [Constituição Estadual](#).

	(...) DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 11 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1132, DE 2017</u> Estabelece as diretrizes gerais para a prorrogação e relicitação dos contratos de parceria e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 1131, DE 2017</u> Classifica Reginópolis como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 14 <u>PROJETO DE LEI Nº 1129, DE 2017</u> MENSAGEM A-nº 150/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...) Altera a Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual. (...) DOE, Legislativo, 13/12/2017, p. 11
12/12/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1128, DE 2017</u> Institui a "Semana Estadual de Valorização do Educador". DOE, Legislativo, 12/12/2017, p. 11 <u>PROJETO DE LEI Nº 1127, DE 2017</u> Classifica Anhembi como Município de Interesse Turístico DOE, Legislativo, 12/12/2017, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 1126, DE 2017</u> Classifica Echaporã como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 12/12/2017, p. 10
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
13/12/2017	<u>DECRETO Nº 58.029, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Autoriza a Junta Orçamentário-Financeira - JOF a deliberar sobre novas liberações de cotas orçamentárias e emissão de empenhos, e prorroga, nessas hipóteses, os prazos estabelecidos no Decreto nº 57.975, de 10 de novembro de 2017.
12/12/2017	<u>DECRETO Nº 58.028, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o procedimento APROVA RÁPIDO; cria o Grupo Intersecretarial de Análise de Projetos Específicos no Município – GRAPROEM e o Comitê Gestor do APROVA RÁPIDO.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107